REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL

DISCURSO DA DIGNÍSSIMA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA NA CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE DO DIRECTOR ADJUNTO DO GCCC, DOS DIRECTORES PROVINCIAIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO DE MANICA E NIASSA E CHEFES DE DEPARTAMENTO TÉCNICO

Maputo, Outubro de 2022

VENERANDO JUIZ-PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPREMO

SENHORA MINISTRA DA JUSTIÇA, ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E RELIGIOSOS

DIGNÍSSIMO VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DIGNÍSSIMOS PROCURADORES-GERAIS ADJUNTOS

DIGNÍSSIMA DIRECTORA DO GABINETE CENTRAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

DIGNÍSSIMO DIRECTOR DO GABINETE CENTRAL DE COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA E TRANSNACIONAL

DIGNÍSSIMA DIRECTORA DO GABINETE CENTRAL DE RECUPERAÇÃO DE ACTIVOS

SENHORES MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SENHOR INSPECTOR-CHEFE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DIGNÍSSIMA SUB-PROCURADORA-GERAL-CHEFE DE MAPUTO

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES SECRETÁRIOS-GERAIS DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA E DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SENHOR DIRECTOR-GERAL DO SERVIÇO NACIONAL PENITENCIÁRIO

SENHOR DIRECTOR-GERAL DO INSTITUTO DE PATROCÍNIO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA,

SENHOR DIRECTOR NACIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

SENHORA DIRECTORA-GERAL DO CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA

DIGNAS PROCURADORA-CHEFE DA CIDADE E PROVÍNCIA DE MAPUTO

SENHORA INSPECTORA ADMINISTRATIVA

SENHORES ASSESSORES E DIRECTORES NACIONAIS NA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DIGNOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DISTINTOS PARTICIPANTES E CONVIDADOS,

MINHAS SENHORAS,

MEUS SENHORES,

É com enorme satisfação que volto a esta sala para conferir posse ao Director-Adjunto do Gabinete Central de Combate à Corrupção, directores dos Gabinetes Provinciais de Combate à Corrupção de Manica e Niassa e Chefes de Departamento Técnico deste órgão especializado e subordinado do Ministério Público.

Saúdo, particularmente, a presença, nesta sala, dos titulares de órgãos de soberania, especificamente, o Venerando Juiz Presidente do Tribunal Supremo e a Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, do Vice-Procurador Geral da República, dos Directores-Gerais do SERNIC, SERNAP, IPAJ e do Centro de Formação Jurídica e Judiciária e demais convidados que interromperam suas actividades para acompanhar, de perto, esta cerimónia de tomada de posse de quadros da nossa Instituição, facto que muito nos honra e dignifica.

Excelências,

Caros Convidados

Recentemente, o Ministério Público testemunhou o processo de revisão da sua Lei Orgânica, introduzindo, entre outras inovações, o alargamento das competências do Gabinete Central de Combate à Corrupção no que toca a investigação e acção penal e a criação, na sua estrutura orgânica, de um director adjunto com a finalidade de reforçar o quadro de direcção, flexibilizando os serviços por si prestados e conferindo, assim, uma maior resposta ao fenómeno da corrupção.

Em linha com este objectivo, nomeamos e conferimos posse para exercer o cargo de Director-Adjunto do Gabinete Central de Combate à Corrupção, o Dr. Eduardo Leovigildo André Barros Sumana, Sub-Procurador-Geral.

Sua Excelência Eduardo Sumana iniciou sua carreira profissional no ano de 2004 no quadro de pessoal da Procuradoria Provincial da República-Maputo. Em 2009 foi nomeado Procurador-Chefe, junto da 8ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo.

Em 2012, integrou o quadro de pessoal do GCCC onde exerceu as funções de Procurador Provincial-Chefe de Secção e de Chefe de Departamento Técnico de Análise, Tratamento de Informação e Legislação, função que desempenhou até a sua nomeação para o cargo de Director Adjunto do GCCC, de que hoje conferimos posse.

Estamos convictos que Sua Excelência, Dr. Eduardo Sumana, com a experiência acumulada como Magistrado do Ministério Público e em particular no exercício de funções no GCCC, será uma mais-valia na Direcção, coadjuvando a Directora em todas actividades que lhe são adstritas.

Os Planos Estratégicos do Ministério Público e do Gabinete Central de Combate à Corrupção (2018-2022) tem como um dos desafios a expansão e entrada em funcionamento dos gabinetes provinciais de combate à corrupção, bem assim, a promoção de uma cultura de transparência e de integridade nas instituições públicas e privadas, visando o desenvolvimento económico e social harmonioso do País.

Para o cumprimento deste desiderato abrimos, no presente ano, os Gabinetes Provinciais de Combate à Corrupção de Manica e Niassa, para os quais foram nomeados, como directores, os Drs. Cristóvão Mário Mondlane e João Filipe Chaua, respectivamente.

Os empossados são quadros do Gabinete Central de Combate à Corrupção e, por essa razão, para além das suas qualidades pessoais, estão capacitados tecnicamente e profissionalmente para responder à demanda face às exigências impostas por este fenómeno criminal.

O Dr. Cristóvão Mário Mondlane é magistrado do Ministério Público há 17 anos, 7 dos quais no Gabinete Central de Combate à Corrupção, tendo iniciado sua carreira na Procuradoria Distrital da República de Angoche, Província de Nampula, no ano de 2005.

Em 2009 foi nomeado para exercer a função de Procurador Distrital-Chefe de Angoche; em 2011 foi nomeado para exercer a função de Procurador Provincial-Chefe junto da 6ª Secção Criminal do Tribunal Judicial da Província de Nampula.

Em 2015 foi transferido para o Gabinete Central de Combate à Corrupção, onde exerceu a função de Procurador Provincial-Chefe de Secção e de Chefe de Departamento Técnico de Investigação, Instrução e Acção Penal, função que exercia até a nomeação para Director do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Manica.

O Dr. João Filipe Chaua é magistrado do Ministério Público há 12 anos, 9 dos quais no Gabinete Central de Combate à Corrupção, tendo iniciado a sua carreira profissional no Quadro da Procuradoria Distrital da República de Moatize, Província de Tete, em 2010, onde veio a exercer a função de Procurador Distrital-Chefe.

Em 2012 foi transferido para o Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Sofala, onde desempenhou as funções de Chefe de Secção e de Chefe de Departamento Técnico de Prevenção, cargo que exerceu até a sua nomeação para Director do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção do Niassa.

Em resultado do processo normal de rotatividade, nomeamos Chefes de departamentos técnicos no Gabinete Central, nomeadamente, as Dras. Alda Hermenegilda Manjate, Lino Mathe e Natércia Meritânia Dias, para dirigirem os Departamentos Técnicos de Análise, Tratamento de Informação, de Prevenção e de Legislação e o de Investigação, Instrução e Acção Penal, respectivamente.

A Digníssima Dra. Alda Hermenegilda Manjate é magistrada do Ministério Público há 18 anos, 9 dos quais no Gabinete Central de Combate à Corrupção, tendo iniciado sua carreira na Procuradoria Provincial de Maputo, no ano de 2004.

Em 2009, foi nomeada, em comissão de serviço, para exercer a função de Procuradora Provincial – Chefe junto à 2.ª Secção Cível do Tribunal Judicial da Província de Maputo.

Em 2013, exerceu a função de Procuradora da República-Chefe junto à 2.ª Secção Comercial do Tribunal Judicial da Cidade da Matola. Ainda, no mesmo ano, foi nomeada para exercer a função de Directora do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Inhambane.

Em 2015, foi nomeada, em comissão de serviço, para exercer a função de Directora do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Sofala.

Em 2020, foi transferida para o Gabinete Central de Combate à Corrupção. Volvidos 2 anos é hoje nomeada para o cargo de Chefe de Departamento Técnico de Análise, Tratamento de Informação e Legislação.

O Dr Lino Mathe é magistrado há 16 anos, tendo iniciado funções no quadro de pessoal da Procuradoria da Cidade de Nampula. Em 2010, foi transferido para o Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Sofala

A Dra. Natércia Meritânia Dias é magistrada do Ministério Público há 14 anos, 2 dos quais no Gabinete Central de Combate à Corrupção, tendo iniciado sua carreira profissional no Quadro da Procuradoria da República – Cidade de Maputo. Em 2011, foi nomeada para, em comissão de serviço, exercer a função de Procuradora Distrital-Chefe junto do Tribunal Judicial de KaMavota.

Em 2015, exerceu a função de Procuradora da República-Chefe junto à 3.ª Secção Cível do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo.

Em 2016, foi indicada como ponto focal da Procuradoria-Geral, no Gabinete Central de Prevenção Combate à Droga.

Em 2020, foi transferida para o Gabinete Central de Combate à Corrupção até a sua nomeação para o cargo de Chefe de Departamento Técnico de Investigação, Instrução e Acção Penal, a que hoje empossamos.

Excelências!

Caros Colegas,

Distintos Convidados,

O combate a corrupção continua a constituir uma das prioridades do nosso Estado e do mundo em geral, pelo impacto que este crime provoca no desenvolvimento sócio-económico.

Como se pode constatar, o nosso país tem sofrido, nos últimos tempos, adversidades provocadas pelas alterações e mudanças climáticas (IDAI e KENNETH), doenças epidemiológicas, a exemplo da COVID-19 e criminalidade organizada e transnacional, como o terrorismo e seu financiamento, o tráfico de droga e de pessoas, raptos, exploração ilegal dos recursos minerais, florestais e marinhos, branqueamento de capitais, entre outros.

A superação célere dos efeitos destes fenómenos, por vezes, tem sido afectada pela corrupção, pois, continuamos a constatar a má utilização de fundos públicos destinados a mitigar os referidos efeitos, em benefício de terceiros.

Queremos, por isso, encontrar uma resposta eficaz na prevenção e combate aos crimes de corrupção, participação económica ilícita, peculato, tráfico de influências, enriquecimento ilícito, entre outros, para que os valores disponibilizados sirvam, efectivamente, para os fins alocados.

Temos de continuar a apostar nas medidas preventivas, através da sensibilização dos diferentes actores, tais como organizações da sociedade civil e confissões religiosas e na articulação com as várias instituições públicas e privadas, para a implementação dos planos sectoriais de prevenção e combate à corrupção.

Neste sentido, os gestores públicos, na sua actuação, devem reger-se por princípios da legalidade, supremacia do interesse público, probidade pública, eficiência, competência, respeito pelo património público, entre outros.

Entretanto, em clara violação dos procedimentos administrativos e ao arrepio destes princípios, continuamos a constatar a não observância de procedimentos estabelecidos para a contratação pública; realização de despesas que consubstanciam pagamentos indevidos; retirada de recursos dos cofres do Estado sem que tenham documentos justificativos e as sobrefacturações.

Estes esquemas de corrupção, que se traduzem no desvio de avultados recursos públicos, comprometem, sobremaneira, importantes projectos de desenvolvimento económico e social do país.

Caros colegas!

Distintos Convidados

Minhas Senhoras

Meus Senhores

A missão do Ministério Público e, especificamente, do GCCC é prevenir e combater a corrupção, promover uma cultura de transparência, integridade e boa governação, por isso, distintos empossados, o vosso desafio actual é de consolidar as conquistas alcançadas.

Como fizemos referência, o país enfrenta, neste momento, um grande desafio que é a criminalidade organizada e transnacional, que inclui o terrorismo e seu financiamento.

Na sua actuação, os criminosos infiltrados nas instituições do Estado, a troco de valores monetários, têm recorrido a obtenção de documentos de identificação e de viagem, tais como, Bilhete de Identidade, Passaporte, DIRE, cartão de identificação de requerente de asilo; cartões de estatuto de refugiado e guia de requerente de asilo que, posteriormente, são usados para permanência ilegal no país ou para obtenção de licenças para exploração de recursos naturais, abertura de empresas e contas bancárias, importação e exportação de mercadorias.

Caros Empossados!

Não podemos, pois, continuar a ter situações como estas, que comprometem o desenvolvimento económico e social e a soberania nacional.

Para o efeito, temos que reforçar a nossa investigação visando a celeridade de julgamentos, responsabilizando os infractores, com vista a garantir a recuperação de activos, não só para ressarcir o Estado, mas para demonstrar que o crime não compensa.

Por isso, cabe-nos estabelecer e consolidar as relações interinstitucionais existentes e os mecanismos de articulação com os órgãos recém-criados, mormente, os Gabinetes de Criminalidade Organizada e Transnacional e de Recuperação de Activos.

Caros, empossados, queremos que os órgãos e serviços administrativos que vão integrar nos transmitam, de forma contínua, sinais de melhoria do nosso desempenho, traduzindo confiança e respeito pelo cidadão na realização da justiça.

O vosso papel, colegas, é, igualmente, fazer cumprir e difundir a cultura ética e o sentido de serviço público a que estão adstritos.

Como dirigentes a nossa articulação com os nossos funcionários e demais utentes deve ser feita com respeito e humildade, para que não quebremos o compromisso aqui assumido, através do juramento e tomada de posse.

Para os novos chefes de departamento técnico o nosso apelo é o de dominar os instrumentos legais postos à vossa disposição, as técnicas de investigação, manter o espírito de lealdade para com os superiores hierárquicos, bem como uma correcta coordenação de actividade com os demais magistrados do Ministério Público, para a prossecução dos objectivos preconizados nos planos estratégicos do Ministério Público e do GCCC.

Gostaria de terminar propondo um brinde, felicitando os empossados e suas famílias, a todos os presentes e ao desenvolvimento e crescimento do Ministério Público.

Muito obrigada pela atenção dispensada.

Maputo, 05 de Outubro de 2022